XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

O papel da politica nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura na expansão da aquicultura empresarial: uma análise a partir de três comunidades de pesca artesanal pernambucanas

José Ignácio Vega Fernández
nachovf@gmail.com
Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, PPGS-UFPE
Brasil

RESUMEN

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre as principais instituições setoriais do Estado e a Pesca Artesanal, a partir da análise da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura e suas configurações no Estado de Pernambuco, no período compreendido entre os anos 2003-2013, tendo como foco as suas principais repercussões na pesca artesanal praticada em três comunidades. Para isso nos utilizamos de entrevistas semi-estruturadas, da análise documental e da observação direta. Com estes procedimentos, almeja-se incluir na pesquisa a visão dos pescadores e pescadoras artesanais, sobre os antagonismos e conflitos gerados pela política nacional de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Optamos começar pelos pescadores (as), como forma de aproximar-nos do problema de pesquisa, assim como do universo da pesca artesanal, isto é, ouvimos os próprios pescadores das comunidades estudadas. Além deles, escolhemos os movimentos de ação coletiva dos pescadores (as) como sujeitos indispensáveis e relevantes na hora de estruturar nossa pesquisa e nosso trabalho de campo. Na escolha das comunidades, priorizamos principalmente dois elementos: o primeiro, que as localidades tivessem algum empreendimento aquícola, ao menos em seu entorno; e o segundo, que fossem comunidades com formas de pesca diferentes. Pretendemos com isso refletir parte da diversidade existente, tanto nas formas de pesca quanto nos impactos das diferentes formas de aquicultura. Por isso, deu-se a escolha dos núcleos de pesca de Carne de Vaca e Baldo do Rio, em Goiana, e de Caraíba Seca, em Petrolândia, também conhecida como Ilha dos Pescadores, todos estes pertencentes ao estado de Pernambuco. Assim discutimos primeiro sobre o lugar que ocupa o estado de Pernambuco na divisão territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, para depois analisar os casos concretos dessas três comunidades de pesca artesanal. Os principais resultados da pesquisa mostram que desde a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP em 2003, as principais instituições setoriais voltadas à pesca artesanal no Brasil vem sendo hegemonizadas por um poderoso setor aquícola empresarial que as utiliza como alavanca de autopromoção dos seus interesses. O sequestro destas instituições vem permitindo entre outras questões, a efetivação da privatização de águas púbicas onde é praticada a pesca artesanal, para fins de aquicultura empresarial. Dessa forma, tanto no

litoral como no interior do Estado, as ações políticas implementadas promovem um projeto que se distancia dos modos de vida dos pescadores artesanais; dos relatos dos pescadores, apreendemos que essas ações estão em geral distanciadas dos seus interesses. Em sendo assim, frente ao esforço institucional e empresarial para a promoção da aquicultura, os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades visitadas desenvolvem práticas de resistência cotidianas para continuarem pescando.

Palabras clave: Pesca artesanal, acuicultura empresarial, políticas desarrollo.

ABSTRACT

This paper analyze the relationship between the main sectorial institutions of the State and Artisanal Fisheries, based on the analysis of the National Policy of Fisheries and Aquaculture Development and its configurations in the State of Pernambuco in the period between 2003- 2013, and focusing on its main repercussions on Artisanal fishing practiced in three communities. For this, we use semi-structured interviews, documentary analysis and direct observation. With these procedures, it is hoped to include in the research the vision of fishermen and artisanal fishers, on the antagonisms and conflicts generated by the national policy of development of fishing and aquaculture. We decided to start with the fishermen and fisherwoman as a way of approaching the research problem, as well as the world of artisanal fishing, that is, we heard the fishermen themselves from the communities studied. In addition, we have chosen the collective action movements of fishermen as indispensable and relevant subjects when it comes to structuring our research and our fieldwork. In the choice of communities, we mainly prioritize two elements: first, that localities have some aquaculture enterprise, at least in their surroundings; and second, that they were communities with different forms of fishing. With this we try to reflect part of the diversity that exists in both the forms of fishing and the impacts of different forms of aquaculture. For this reason, the artisanal fishing commutnities of Carne de Vaca, and Baldo do Rio, located in Goiana, and Caraíba Seca, also known as Ilha dos Pescadores, and located in Petrolandia, Pernambuco were chosen. Thus we first discuss the place occupied by the state of Pernambuco in the territorial division of the Ministry

of Fisheries and Aquaculture - MPA, and then analyze the concrete cases of these three small-scale fishing communities. The main results of the research show that since the creation of the Special Secretariat for Aquaculture and Fisheries (SEAP) in 2003, the main sectoral institutions focused on small-scale fishing in Brazil have been hegemonized by a powerful business aquaculture sector that uses them as a lever for self-promotion of their interests. The kidnapping of these institutions has enabled, among other issues, the privatization of public waters where artisanal fishing is practiced for the purposes of bussines aquaculture. In the coastal and in the interior of the State, the implemented political actions promote a project that distance, from the ways of life of the artisanal fishing comunities; with fishermen's and fisherwoman´s reports, we learn that these actions are generally distant from their interests. Therefore, in view of the institutional and bussines effort to promote aquaculture, artisanal fishing communities visited are developing daily resistance practices to continue fishing.

Keywords: Artisanal fisheries, business aquaculture, development policies.

I. Introducción

O objetivo deste trabalho é estudar a relação entre o Estado e a Pesca Artesanal, a partir da análise da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura e suas configurações no Estado de Pernambuco, no período compreendido entre os anos 2003-2013, focalizando as suas principais repercussões sobre a pesca artesanal. Consideramos este período como significativo para a política nacional pesqueira, pois foi em 2003, enquanto resultado do compromisso assumido pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva – do Partido dos Trabalhadores (PT) - à Presidência da República junto ao setor pesqueiro, que se criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), da Presidência da República SEAP-PR, como órgão setorial, iniciando-se um projeto político estrutural. Após seis anos (2009), houve a transformação dessa Secretaria em Ministério, pela Lei Nº 11.958 de 29 de Junho de 2009, e com a sanção da Lei Nº 11.959, também conhecida como Lei da Pesca que estabeleceu as bases da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Este trabalho mostra os principais resultados da pesquisa de dissertação.

II. Marco teórico/marco conceptual

Com o objetivo de analisar a relação entre as ações Estatais e a pesca em Pernambuco discorreremos sobre o papel de tais ações no que se refere à regulação das relações entre capital/trabalho que possibilitam a reprodução social do sistema capitalista. Partimos da premissa de que na totalidade social os Estados, como forma política, têm um papel relevante na hora de garantir os processos necessários para a reprodução social e expansão de formas de produção capitalistas a partir do estabelecimento de mecanismos de regulação, ordenamento e controle social. As principais categorias de análise que discutiremos serão: Estado, Política de Desenvolvimento e Pesca Artesanal.

O Estado é entendido – neste trabalho – como um processo histórico relacional de exercício de poder, a partir de arranjos institucionais que permitem estabelecer processos de regulação, ordenamento e controle social numa sociedade de classes. Não estamos aqui reduzindo o Estado exclusivamente ao exercício de poder de um governo, senão que entendemos este como as

diferentes possibilidades nas quais o poder pode ser exercido. Essas possibilidades se articulam através de diferentes instituições e mediações sociais que se utilizam da coerção e da produção de hegemonia conseguem estabelecer certa ordem social.

Segundo Esteva, (2000, pág. 63), no início do século XX, o "desenvolvimento urbano" passa a representar uma maneira específica de reformular áreas urbanas periféricas, baseada na máquina de terraplanagem e na produção industrial homogênea e maciça de espaços urbanos. O rural não foi o foco deste projeto, pelo fato de ser entendido como polos do atraso e fornecedor de mão de obra para o projeto de desenvolvimento industrial urbano.

Após a segunda guerra mundial e as conferências de Bretton Woods, nas que se decidiram as bases do sistema econômico internacional baseado no livre comércio, criaram-se uma série de instituições e agências internacionais, como: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), substituído pelo Banco Central (BC), o fundo monetário internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), substituído pela Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização de Nações Unidas (ONU) que se converteram em agentes relevantes para a construção e o financiamento das políticas nacionais de desenvolvimento, entre elas o plano Marshall na Europa e Aliança para o progresso na América Latina, estes planos tiveram importantes repercussões que não detalharemos aqui. É a partir de 1968 que se consolida a ação destas agências e instituições internacionais como elementos fundamentais das políticas de desenvolvimento. Visto isto agora discutiremos como estas questões afetaram a politica nacional de desenvolvimento da pesca no Brasil.

III. Metodología

Para realizar este trabalho de pesquisa nos utilizamos de entrevistas semi-estruturadas, da análise documental e da observação direta. Com estes procedimentos, almejamos incluir na pesquisa a visão dos pescadores e pescadoras artesanais, sobre os antagonismos e conflitos gerados pela política nacional de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Optamos começar pelos pescadores (as), como forma de aproximar-nos do problema de pesquisa, assim como do universo da pesca artesanal, isto é, ouvimos os próprios pescadores das comunidades estudadas. Além deles,

escolhemos os movimentos de ação coletiva dos pescadores (as) como sujeitos indispensáveis e relevantes na hora de estruturar nossa pesquisa e nosso trabalho de campo. Parte do trabalho inicial consistiu no diálogo com representantes e membros dos movimentos dos pescadores (as) artesanais, concretamente o Conselho Pastoral da Pesca – CPP. A importância do CPP advém do papel ativo que este tem tido como mediador sociopolítico dos pescadores (as), no que se refere à luta pelos direitos básicos da categoria, a emancipação das colônias de pescadores como entidade realmente representativa dos mesmos, assim como na articulação com outros movimentos de ação coletiva. Uma vez realizada a coleta inicial de dados passamos a estruturar os seguintes trabalhos de campo, visando trazer para a teoria e a base documental, as situações e os casos concretos de algumas das comunidades de pesca do Estado de Pernambuco. Nesse sentido, o CPP foi, também, um colaborador inestimável, já que nos forneceu contatos com pescadores (as) e lideranças locais nas comunidades escolhidas para o estudo de casos concretos. Na escolha das comunidades, priorizamos principalmente dois elementos: o primeiro, que as localidades tivessem algum empreendimento aquícola, ao menos em seu entorno; e o segundo, que fossem comunidades com formas de pesca diferentes. Pretendemos com isso refletir parte da diversidade existente, tanto nas formas de pesca quanto nos impactos das diferentes formas de aquicultura. Por isso, deu-se a escolha dos núcleos de pesca de Carne de Vaca e Baldo do Rio, em Goiana, e de Caraíba Seca, em Petrolândia, também conhecida como Ilha dos Pescadores, todos estes pertencentes ao estado de Pernambuco. Assim discutimos primeiro sobre o lugar que ocupa o estado de Pernambuco na divisão territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, para depois analisar os casos concretos dessas três comunidades de pesca artesanal. Os resultados da pesquisa demonstram que tanto no litoral como no interior do Estado, as ações políticas implementadas promovem um projeto que se distancia dos modos de vida dos pescadores artesanais; dos relatos dos pescadores, apreendemos que essas ações estão em geral distanciadas dos seus interesses.

IV. Análisis y discusión de datos

No caso da pesca brasileira, os pressupostos desenvolvimentistas encontraram eco com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Até o surgimento da SUDEPE, nos

anos de 1960, não se promoveu nenhuma política que virasse uma restruturação do setor pesqueiro encaminhada a um modelo de produção industrial empresarial. No período anterior a esta época, a pesca no Brasil não tinha adquirido uma escala comercial de grande monta, exceto em alguns lugares do Sul e Sudeste do Brasil. De acordo com Diegues, (1995, pág. 3), "a pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também as primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul surgidas na década de 1920-30 processavam principalmente a merluza".

Durante o período de vigência da SUDEPE (1962-1968), que coincidiu em grande parte com o período da ditadura militar (1964-1985) se deu continuidade ao controle da marinha militar sobre as colônias de pescadores, e ao desenvolvimentismo paternalista e conservador. (AZEVEDO e PIERRI, 2014, pág. 64, 65; RAMALHO, 2014. pág. 43). As principais ações politicas deste período deram início a carreira desenvolvimentista na pesca, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca (PNDP's), que foram à base para a financiação, com dinheiro público, de uma frota pesqueira industrial empresarial. Grande parte das empresas foi criada nos litorais Sul e Sudeste do Brasil, como já destacamos, e algumas delas no Nordeste, particularmente para a captura da lagosta. O setor empresarial teve um apogeu durante os anos de 1970, que desencadeou, posteriormente, uma crise por sobrepesca, o que levou à falência de muitas destas empresas e, como estratégia para que algumas continuassem, aos seus (re) acolamentos para lugares onde existiam ainda em abundância as espécies que exploravam, como o Pará e o Maranhão, o que não deu, na maior parte dos casos, certo (DIEGUES 1995, pág. 3, 4).

Outra ação autoritária a ressaltar durante esta época foi à criação do segundo Código de Pesca no Brasil, no ano de 1968. Dentre outras coisas, o novo código "modificava o nome da Confederação Geral dos Pescadores para Confederação Nacional dos Pescadores, que seria também um braço político estratégico da Sudepe e teria seu presidente indicado pelo gabinete do Ministério da Agricultura". Já no ano de 1973 a SUDEPE criou, o primeiro plano voltado à pesca artesanal: o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – Pescart surgindo dando-se inicio a Extensão Pesqueira, nas colônias. Estas ações se centraram na difusão tecnológica, já que esta instituição enxergava a pesca artesanal como um "mundo atrasado" que era preciso modernizar. (RAMALHO, 2014, pág. 48, 49)

Em várias de suas ações, especialmente nos Planos de Desenvolvimento Pesqueiro (ao todo foram cinco, da década de 1960 a 1989). Nesse sentido, linhas oficiais de créditos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foram efetivadas, bem como uma intensa e extensa política de incentivos fiscais, como destacou Diegues (1983), Neto (2003) e Ramalho (2014), objetivando aplicar os pressupostos frisados.

Vemos como na década dos anos setenta, no contexto de sucessivas crises internacionais do modelo de acumulação fordista, frente ao que os acadêmicos da economia neoclássica chamaram problemas de rigidez, passaram a programarem-se os modelos de acumulação flexível. No caso Brasil, o Estado passou a promover projetos para o desenvolvimento que atendessem as exigências do novo modelo de acumulação, principalmente através da assistência técnica, e de crédito, direcionados a empreendimentos para a produção do mercado capitalista.

Os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e as políticas de integração econômica foram solidificados tanto na cidade quanto no campo sob a dinâmica de ofertas de trabalho na especificidade dos setores de bens de consumo e produção industrial (Conceição, 2012. pág. 136). No Nordeste o papel da SUDENE, e para o caso concreto da pesca e da aquicultura a SUDEPE, passaram a fomentar processos de modernização e de inserção nos modos de produção industrial. Essas políticas de desenvolvimento, como foi frisado por Diegues (1983) e Maldonado (1986), foram, no caso da pesca, políticas exclusivamente voltadas ao apoio, criação e/ou expansão do setor pesqueiro industrial, que se utilizou da força de trabalho e dos conhecimentos dos pescadores (as) artesanais. Parte considerável dessa frota pesqueira industrial supra-dimensionada acabou falindo, além de deixar graves sequelas na biodiversidade marinha.

Além disso, a atuação desta instituição voltada ao setor pesqueiro buscou e efetivou uma divisão nacional do trabalho e de desenvolvimento da pesca, como aconteceu de modo geral com o País. Assim, o Sul e o Sudeste brasileiro foram espaços de consolidação de formas mais capitalistas de produção pesqueira, fato que aconteceu apenas residualmente com poucos estados do Nordeste e Norte (Ramalho, 2014). Coube a esses o espaço de permanência da pesca artesanal, embora essa ficasse cada vez mais restrita, em termos territoriais inclusive, devido ao desenvolvimento urbano-industrial que impactou negativamente os rios e localidades costeiras.

Já na década dos anos noventa uma nova crise vem acompanhada de um novo processo de desregulamentação, abertura dos mercados nacionais, liberalização monetária e intensificação da financeirização econômica. Tal processo é acompanhado da intensificação da globalização econômica, que aparece contraditoriamente articulada ao discurso da sustentabilidade e da lógica local. Como resultado disso, emerge um modelo aberto de mercado e de consumo individual de bens, que se alia à necessidade do Estado mínimo para o trabalho e máximo para o mercado e o capital. Durante este período, onde se situa o fim da SUDEPE e a criação do IBAMA, as Políticas de Desenvolvimento da Pesca foram caracterizadas por um ambientalismo conservador, que, se ao mesmo tempo em que colocava algumas reservas como áreas restritas para a prática da pesca artesanal, licitava áreas de mangue para a produção aquícola, com base nas grandes fazendas de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), como destacou o estudo feito por Natália Azevedo (2012).

Assim a extinção da SUDEPE coincidiu com a emergência de um modelo de Estado neoliberal, que redefiniu as políticas de desenvolvimento, deixando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), uma instituição de proteção ambiental, como responsável pelo setor pesqueiro. O IBAMA não realizou política de fomento do setor. Contudo, o setor pesqueiro empresarial teve o apoio institucional e crédito, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de entidades financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que financiaram numerosos empreendimentos de caráter empresarial, voltados ao setor pesqueiro e aquícola. A única instituição de fomento nesse período foi o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) – dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no ano de 1998, o qual dirigiu sua atuação, em larga medida, ao fomento da pesca industrial e da carcinicultura, como frisam (Azevedo e Pierri, 2014, pág. 65; Neto 2003; pag. 140, Ramalho, 2014, pág. 51).

Desde os anos de 1990 até o ano 2003, mesmo sem ter uma instituição específica para a pesca, se consolidou com apoio institucional um setor importante e com grande capacidade de acumulo e concentração de riquezas, a aquicultura, concretamente a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro), que se utiliza de enormes áreas de manguezais para construir grandes

fazendas e que foi fruto de várias e intensas mudanças técnico tecnológicas nas formas de (re) criação e desenvolvimento de pescados em cativeiro, por meio de métodos intensivos de cultivo. Para Ramalho, (2014, pág. 52), a "atividade contou com uma conjuntura" favorável à sua implantação e expansão, por conta da forte demanda do mercado externo por esse tipo de pescado, que gerou "ganhos econômicos rápidos para aqueles que investissem no ramo; assim como apoio maciço de pesquisadores de instituições públicas", e "liberação facilitada para sua implantação em Áreas de Preservação Permanente (APP), como os mangues, através de agências ambientais".

Com a entrada do governo de Luís Ignácio Lula da Silva e a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), no ano 2003, se deram os passos institucionais para centralizar as políticas de fomento e consolidar uma política governamental que optou por dar continuidade ao modelo de expansão do setor empresarial, colocando a aquicultura como sujeito protagonista. Nesse aspecto, a ideia de fundar um novo pacto social, em que capital e trabalho irmanam-se sem contradições, foi uma representação, uma ideologia que o governo Lula apregoou durante todo seu Governo (2003-2010)[1]. A própria expansão da carcinicultura (criação de camarão) anuncia a base da própria divisão do desenvolvimento e do trabalho do setor pesqueiro no Brasil, cabendo ao Nordeste ser celeiro dessa forma de cultivo. Estava montado, assim, o apoio para a consolidação da revolução azul no Brasil.

A SEAP – PR teve um papel central na criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), porque seus quadros e apoiadores articularam-se com a FAO, que fez um relatório técnico de assessoramento, no intuito de orientar a criação de um ministério como solução para os problemas entorno as políticas para a pesca no país. O relatório serviu aos técnicos e gestores da SEAP, para formar uma frente parlamentar e iniciar o processo legislativo para a criação do ministério. (DIAS NETO, 2010 apud AZEVEDO, 2012. PAG, 167). Três dias depois da criação do MPA, o Governo sanciona a Lei Nº 11.959, também conhecida como *Lei da Pesca* que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

A política territorial do MPA se concretiza com a elaboração dos "Territórios da Pesca e Aquicultura", inseridos dentro do programa "Territórios da Cidadania", de forma que à política

1 A própria aliança com o então senador, na época, José Alencar (vice na chapa de Lula para presidente) era uma busca simbólica disso.

iniciada pela SEAP, a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável e continuada pelo MPA. Com a política territorial, tem início a um processo de ordenamento aquícola, a estabelecer como principal objetivo o crescimento produtivo, e que possui como principal protagonista para atingir esse crescimento, o setor aquícola. Podemos ver como este viés produtivista reproduz modelos anteriores, por meio dos quais se iniciam processos "modernizadores do setor" que priorizam a produção em grande escala as exportações e a competitividade a nível internacional, esses processos parecem seguir uma mesma lógica mantida, não sem transformações, até os dias atuais. Esta é a lógica do desenvolvimento capitalista, do desenvolvimento ligado aos avanços tecnológicos, à modernização do setor e a inserção dos pescadores artesanais nos modos de produção industriais, ou seja, essas são algumas das bases fundamentais da constituição da revolução azul enquanto manifestação objetiva da reprodução singular do capitalismo no setor pesqueiro.

A reconversão aquícola iniciada no período SEAP é continuada pelo MPA, com a força jurídica que permite a lei da pesca. A mesma vem se concretizando, através de cessões onerosas e não onerosas de áreas aquícolas, delimitadas nos parques aquícolas, através de um processo seletivo público, onde trechos de rios, barragens e mar são privatizados, mas que ganham o eufemismo de cessão das águas. Segundo o MPA (2013), a seleção de áreas não onerosas tem forte cunho social e são ofertadas gratuitamente, mediante licitação não onerosa observando parâmetros socioeconômicos, por outro lado as cessões onerosas se realizarão da seguinte forma: A seleção de empreendedores para as áreas onerosas é efetuada por meio de licitação onerosa, onde vencedor é aquele disposto a pagar mais pelo uso da área. Além de ser um negócio que pode ser lucrativo, os interessados em cultivar pescados nos parques aquícolas levam uma grande vantagem: as áreas são cedidas já com todos os seus aspectos legais e ambientais de cessão totalmente resolvidos. (MPA, 2013).

Isto significa um processo de privatização das águas, pelo qual se vendem ou se cedem espaços públicos para fins particulares. Embora os pescadores artesanais estejam dentro do público alvo para as cessões, estas põem em risco espaços de uso comum onde é praticada a pesca artesanal. A retórica do MPA mantém que isto será de grande ajuda para os pescadores artesanais já que estes 56 aumentaram sua renda através da prática aquícola. Por outro lado, as ações dirigidas à pesca

artesanal visam mais ao alívio imediato da pobreza e não sua sobrevivência e fortalecimento em longo prazo. Segundo Azevedo e Pierri (2013): O objetivo principal da política do governo dirigida para a pesca artesanal busca a redução da pobreza mediante o incremento da renda dos pescadores artesanais e de suas comunidades, em primeira instância, por meio da melhoria da cadeia produtiva e a diminuição da dependência de intermediários. Mas, sendo ambas positivas e necessárias, são limitadas pelo fato de nenhuma dessas medidas terem caráter universal e/ou sistemático. Pelo contrário, se trata de ações fragmentadas, dispersas e pontuais, que são incapazes de transformar significativamente a realidade das comunidades pesqueiras. (AZEVEDO; PIERRI, 2013, pág. 9). A partir desta análise, podemos identificar como a principal linha de ação da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura a criação de mais valor a partir da intervenção na produção, na distribuição, na circulação e no consumo de pescado. O carro-chefe da política do MPA é um projeto de expansão aquícola, que converte os territórios onde os pescadores e pescadoras artesanais reproduzem sua vida, em territórios para o capital. São essas questões que nos possibilitar ver e compreender como se concretiza esta política no Estado de Pernambuco, identificando nelas as diferentes políticas dirigidas a pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura.

V. Conclusiones

Ao analisar o processo de formação histórica dessa política, a principal conclusão que tiramos é o fato dessa relação Estado-pesca se mostrar vertical e autoritária desde o início da fundação das colônias no ano 1919, passando pelo período SUDEPE entre os anos 60 e 80, até a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no 2003, transformada no MPA no ano de 2009. A verticalidade e o autoritarismo destas instituições nos parecem contradizer diametralmente qualquer aparente intencionalidade – manifestada ao menos no plano discursivo das leis – por parte destas instituições na hora contribuírem de alguma forma para com a produção de pescado de qualidade no Brasil e para seus principais representantes, os pescadores e pescadoras artesanais.

Com a criação da SEAP se iniciou um processo político que aumentaria o poder desta instituição setorial dirigida exclusivamente à pesca e aquicultura, e que permitiria superar alguns entraves ambientais, que surgiram a partir das devastadoras consequências da aquicultura. Os setores empresariais aquícolas e pesqueiros que hegemonizaram o processo de formação desta secretaria deram continuidade a prática autoritária e vertical dos seus precedentes, desta vez com o objetivo de adoutrinar os pescadores, nas novas tendências produtivas que imprime a época da acumulação flexível capitalista. Isto maquiado por um discurso sobre a participação e sobre o desenvolvimento sustentável, que converte a aquicultura, até então causante de desastres ambientais e sociais, em um rumo a seguir para atingir um lugar competitivo no mercado internacional de pescados, isso sim de forma aparentemente sustentável.

A transformação desta secretaria em Ministério se daria no ano de 2009, consolidando-se e institucionalizando-se em forma de lei, o projeto aquícola iniciado pela Seap. A lei da pesca incluiria nas suas linhas a figura do aquicultor familiar, como um dos recursos para atingir um dos objetivos deste ministério, a conversão dos pescadores e pescadores artesanais a aquicultura. Esta conversão permitiria de novo a utilização destes, para alcançar os objetivos de aumento de produção de pescado a partir da expansão da aquicultura, colocados pelo setor empresarial que hegemoniza o ministério, e não pelos pescadores e pescadoras.

Em Pernambuco, o projeto aquícola promovido pelo MPA tem dado seus frutos, existindo até hoje empresas pesqueiras e aquícolas com um forte poder sobre a cadeia produtiva da pesca, assim como numerosos empreendimentos de carcinicultura ao longo do litoral. Por outro lado a SFPA – PE, extensão do MPA no estado de Pernambuco, tem seguido como é lógico as diretrizes do ministério. Evidenciando-se seu forte apoio a aquicultura, por um lado pelo apoio aos empreendimentos aquícolas no litoral, e pela falta de apoio as Resex demandadas pelos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, e por outro pela promoção e forte apoio institucional a consolidação do denominado por eles mesmos "Polo Aquícola de Pernambuco", situado no Sertão do São Francisco, onde se está concretizando um dos principais mecanismos do MPA, com a parceria de outras instituições principalmente SPU, para a expansão da aquicultura empresarial a partir da criação de Tilápia em tanque-rede. Este apoio institucional ao setor aquícola tem favorecido um crescimento exponencial do mesmo assim como dos impactos que este gera sobre as comunidades pesqueiras.

Alguns dos principais impactos destas grandes fazendas de carcinicultura foram evidenciados pelos entrevistados das comunidades de Baldo do Rio e Carne de Vaca, que sofrem seus efeitos desde há décadas. Por outro lado, os impactos das novas formas de aquicultura, e concretamente da aquicultura em tanque-rede, foram relatados pelos pescadores (as) de Caraíba Seca, no sertão de Pernambuco. A privatização das águas, e dos lugares de pesca, as cercas que impedem ou dificultam as rotas de pesca, a segurança privada que ameaça e maltrata, a poluição advinda do uso intensivo de fitossanitários e perda da biodiversidade, tem sido elementos constantes nas falas dos pescadores (as) entrevistados.

Concluímos que as configurações da política em Pernambuco e seus impactos sobre as comunidades de pesca estudadas refletem em boa medida o plano estratégico do MPA, este significa em Pernambuco também a promoção de um modo produção empresarial que antagoniza com o modo de produção da pesca artesanal. Isto supõe a nível político-institucional uma aliança e um compromisso do MPA para com um setor da classe empresarial, que faz que as ações deste ministério se distanciem radicalmente de um projeto político democrático e popular. Sendo na prática um projeto de uma fração da classe empresarial representada pelos setores aquícolas e

pesqueiros. Em sendo assim, frente ao esforço institucional para a promoção da aquicultura, os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades visitadas desenvolvem práticas de resistência cotidianas para continuarem pescando.

VI. Bibliografía

AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011).** 2012. Curitiba: Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Disponível em: <http:/dspace. c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/29268>. Acesso em janeiro, 2014.

AZEVEDO, Natalia Tavares; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal.** Disponível em: < http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>. Acessado em 01/2014.

BERNARDES, S. **Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 1958, n.02. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n2.pdf>. Acesso em junho, 2014.

_____. **A pesca no litoral do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, 1950, n. 01. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n1.pdf. Acesso em junho, 2014.

BECK, A. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório.** Santa Catarina: Trabalho apresentado ao Concurso de professor titular na área de Antropologia das Sociedades Rurais da UFSC, 1979.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Aquicultura-Cessão das aguas da União**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/aguas-da-uniao/parques-aquicolas/cessao-de-areas>. Acesso em agosto 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a Politica Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providencias. Brasília, 29 de junho de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em Janeiro 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO. Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros-CGFAP. **Estatatística da Pesca 2007.** Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2007_boletim07_brasil.pdf>. Acesso em outubro, 2014.

BRASIL. **Boletím Estatístico da Pesca e da Aquicultura 2011.** Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO. Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros-CGFAP. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf. Acesso em janeiro, 2015.

BRASIL. **Territórios da Cidadania, Mata Sul de Pernambuco.** Disponível em: < http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/matasulpe/one-community?page_num=0>. Acesso em junho, 2014.

BRITO, L.A. **Pesca: tradição e dependência. Um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade 'tradicional' na área urbano-industrial de Salvador.** 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BRITO, S. **Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro.** Lisboa: Estudos, Ensaios e Documentos, 1960.

BRITO, B. G. B. **História Trágico-Marítima I.** Publicações Europa-América, 1982.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira.** I Conferencia da Pesca Artesanal no Brasil**.** Brasília 28-30, setembro 2009.

_____. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador "José Bonifácio" (1919-1924).** São Paulo: Tese de doutorado, USP. 1994.

_____. **Movimentos sociais dos pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. Dissertação de mestrado. RS: UFSM, 1986.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social.** Tese de Doutorado em Geografia: São Paulo, 2001.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale Do São Francisco.** Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco. Disponível em: <

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130125124/salete.pdf>. Acesso em janeiro, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Frutas para o capital** Estud. av. vol.11 no.29 São Paulo Jan./Apr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100005. Acesso em janeiro, 2015.

CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. Rev. Antropol. Vol.50 no.1 São Paulo Jan./June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100005>. Acesso em maio, 2014.

CONCEIÇAO, Alexandrina Luz. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho.** In_ANDRADE, Elisário Souza.; SILVA, Francisca de Paula Santos da (Orgs). Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturas Renováveis. Produto Editora: 2004

DIEGUES. Antônio Carlos. **A Sócio- Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil.** Revista Etnográfica, Vol. III (2), 1999. (pp. 361-375).

_____. O **mito moderno da natureza intocada**. S.P. Hucitec, 1996.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** S.P, Nupaub, 1995.

_____. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1993.

_____. **Ciências Sociais e o Mar no Brasil.** Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo: NUPAUB-USP, 1989.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática. (Ensaios; 94), 1983.

_____. **A Pesca no Litoral Sul de São Paulo**. São Paulo - 1973. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP. NUPAUB/USP, 1995.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana.** São Paulo: Boletim de Geografia. USP, n.10, 1954.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy.** Indiana University Press: EUA, 1970.

FURTADO, L. **Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará.** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1987.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A transformação politica econômica do capitalismo do final do século XX.** In_____. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

IVO, A. **Pesca, Tradição e Dependência: um Estudo dos Mecanismos de Sobrevivência de uma Atividade Tradicional na Área Urbano-Industrial de Salvador.** Bahia: Dissertação (Mestrado), UFBA, 1975.

KOTTAK, C. **An Assault on Paradise**. Michigan, Ann Arbor Univ. of Michigan Prees, 1983.

_____. **The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community.** Columbia, Univ. Press, 1966.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o Estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertao Sergipano: O desmascaramento da territorializaçao do capital por meio da sociabilidade reificante.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LOUREIRO, V. **Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia.** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1985.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 1994.

_____. **Pescadores do Mar.** São Paulo: Ática S.A, 1986.

_____. **Entre dois Meio**s. Brasília. Tese (Doutoramento), UnB, 1991.

_____. **No Mar: Conhecimento e Tradição.** In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. II Encontro de Ciências Sociais e O Mar. São Paulo: NUPAUBUSP.

MARQUES, José Geraldo. **Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no Baixo São Francisco Alagoano**. São Paulo: NUPAUB/ USP: 1995.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. 2ª. edição. Petropólis: Vozes, 1983.

MELLO, A. F. **A Pesca sob o Capital: a Tecnologia à Serviço da Dominação.** Belém: UFPA, 1985.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de; VALENCIO, Norma Felicidade. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: As politicas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal.** B. Inst. Pesca, São Paulo, 34(1): 107 - 116, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/34_1_107-116.pdf>. Acesso em junho, 2014.

MENDRAS, H. 1978. **Sociedades Camponesas**, Rio de Janeiro: Zahar editores.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Joao Marcio Mendes. **Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e início do ajustamento estrutural: os anos MacNamara – 1968 – 1981.** In_____ O Banco Mundial como ator político, intelectual, e financeiro – 1994 – 2008. Rio de Janeiro: Civilizaçao Brasileira, 2010.

QUINAMO, Tarcísio dos Santos Quinamo. **Pesca Artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.** Dissertação mestrado- PRODEMA, UFPB, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescadores artesanais e o poder público: um estudosobre a Colônia de Pesca de Itapissuma, PE.** Monografia em Ciências Sociais (ênfase em sociologia rural). Recife: UFRPE, 1999.

_____. **"AH, ESSE POVO DO MAR" Um estudo sobre trabalho e pertenecimento na pesca artesanal pernambucana.** Dissertação mestrado em Sociologia, UFPE. Recife: Septembro, 2002.

_____. **Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar.** Campinas: Ambiente & Sociedade. v.XIII, n.1, p.95-110, já./jun. 2010.

_____. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola.** 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1740/1156>. Acesso em julho, 2014.

_____. **Trabalho Classe e Ideología: o caso da aquicultura no Estado de Pernambuco Brasil.** Encontro Latinoamericano de Sociologia. Acta científica. Chile, **2013.** Disponível em: < http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_Wellington_Ramalho.pdf>. Acesso em outubro, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. **Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima do Brasil** (1840-1930). Mestrado em História UFPE-CFCH. Recife 1991.

SILVA, J.S; CARVALHO, F.E.A. **Diagnóstico e perspectivas de capacitação e profissionalização de pescadores da pesca artesanal da zona da mata de Pernambuco.** PRORENDA RURAL – PE: Recife, 1996.

SILVA, Suana Medeiros. **Pesca artesanal: a historia, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB**. Dissertação de mestrado Universidade Federal da Paraíba, 2012.

TIMM, J. U. C. S. **Sudepe: 12 anos de frustrações no desenvolvimento da pesca.** Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública, trabalho acadêmico apresentado no Seminário sobre Organização das Entidades de Administração Indireta) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, 1975.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. **Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira.** In COSTA, A. (Org.). Nas redes da pesca artesanal. 1. ed., v.1, Brasília: IBAMA; PNUD, 2007, p.15-84.

WOOD, Ellen. **Estado democracia e globalização**. In_BORON, A.A, AMADEO, J. GONZALEZ, S. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão popular, 2006.